

LEI ORDINÁRIA Nº 222

de 08 de novembro de 1995

"Cria o Conselho Municipal de Assistência Social, e dá outras providência*."

Elo Ramiro Loeff, Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais. Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º..

Fica criado o Conselho Municipal de Assistência Social, que é instância colegiada, de caráter permanente, com poder deliberativo sobre a Política Municipal de Assistência de Chapadão do Sul, tudo em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.748, de 07 de Dezembro de 1993.

Art. 2º..

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que prevê os mínimos sociais e será realizada, no âmbito do Município, através de ações conjuntas de iniciativa da Administração Pública Municipal e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas, observadas as disposições desta Lei.

Art. 3º..

Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social :

I.

Aprovar a Política Municipal de Assistência Social em consonância com as diretrizes do Conselho Nacional de Assistência Social;

II.

Normatizar, completamente, as ações e regulamentar a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da Assistência Social, no âmbito do Município;

III.

Estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas anuais e plurianuais do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e definir critérios de repasse de recursos destinados às entidades governamentais e não-governamentais;

IV.

Apreciar e aprovar, preliminarmente, a proposta orçamentaria de Assistência Social para compor o orçamento municipal;

V.

Inscriver e fiscalizar as entidade a e órgãos governamentais e não-governamentais de assistência social, bem como seus programas de ação;

VI.

Convocar, anualmente ou extraordinariamente, por maioria absoluta da seus membros, a Conferência Municipal de Assistência Social, para avaliar a situação da Assistência social e aprovar diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;

VII.

Fiscalizar e avaliar a gestão dor recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho das programas e projetar aprovados;

VIII.

Regulamentar, suplementarmente, as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social, de acordo com o Art. 22 da Lei Federal nº 8.742/93;

IX.

Acompanhar as condições de acesso e de atendimento a população usuária, pelos órgãos de assistência social, requerendo medidas para a correção de desvios constatados;

X.

Propor modificações nas estruturas dos órgãos municipais voltados á promoção da Assistência Social;

XI.

Incentivar a realização de estudos e pesquisas na área da assistência social, sugerindo medidas de prevenção, controle e avaliação;

XII.

Intervir, sempre que necessário, pelo fiel cumprimento da Lei Federal nº 8.742/93; e

XIII.

Elaborar e alterar o teu Regimento Interno.

Art. 4º..

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, será composto de 06 (seis) membros e seus respectivos suplentes, com paridade entre a administração pública e a sociedade civil, nomeados por ato do Prefeito Municipal como segue:

I.

03 (três) representantes do Poder Publico Municipal, escolhidos dentre os servidores de órgãos voltados e/ou ligados à assistência social;

II.

03 (três) representantes da sociedade, civil, que possuam interesse pela área da assistência social, indicados em Assembléia Municipal, cuja convocação sera amplamente divulgada na comunidade.

1º

Compõe a Assembleia Municipal da Assistência Social, representações de entidades governamentais e não-governamentais com sede no Município e pessoas da comunidade que tenham atividade na área e os membros do Conselho Municipal de Assistência Social.

2º

A primeira Assembléia Municipal de Assistência Social de que trata o inciso anterior será convocada pelo Prefeito Municipal e as demais pelo Presidente do CMAS.

3º

A Assembleia Municipal de Assistência Social e o órgão consultivo de assistência social do Município.

Art. 5º..

O primeiro Conselho Municipal de Assistência Social terá mandato coincidente com o do Prefeito Municipal, permanecendo seus membros no exercício até a posse de seus substitutos, os demais mandatos de 02 (dois) anos, permitida recondução por igual período.

Art. 6º..

A função do Conselho será considerada serviço público relevante, não remunerada, sendo seu exercício prioritário e justificados as ausências a quaisquer outros serviços quando determinados pelo seu comparecimento as sessões do Conselho ou para participação em diligências autorizadas por este.

Art. 7º..

O Conselho Municipal de Assistência Social, terá a seguinte, estrutura:

I.

Diretoria executiva composta pelo Presidente, Secretário e tesoureiro, eleitos entre, seus membros, por mandatos conforme o Art. 5º. podendo ser prorrogado por período consecutivo;

II.

Comissões;

III.

Assembléia Municipal de Assistência Social.

Art. 8º..

O Conselho Municipal de Assistência Social instituirá seus atos através de resoluções aprovadas pela maioria de seus membros e o publicará no jornal que publica os atos oficiais do Município.

Art. 9º..

A Administração Municipal, através da Divisão de Assistência Social, cederá espaço físico, instalações, recursos humanos e suporte, administrativo eventualmente necessários á manutenção do funcionamento regular do Conselho.

Art. 10.

A forma de funcionamento do Conselho será regulamentada por ato do Poder Executivo.

Art. 11.

O Conselho Municipal de Assistência Social será regulamentado por Decreto do Poder Executivo Municipal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta lei, para constituir o primeiro Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 12.

Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação , revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, aos 08 (oito) dias do

Mês de Novembro de 1995.

ELO RAMIRO LOEFF*Prefeito Municipal*

Lei Ordinária Nº 222/1995 - 08 de novembro de 1995

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em